

## PARECER DA ASSSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA SOBRE AS PROVAS DE EXAME DE GEOGRAFIA A – 1º E 2º FASES

As duas provas 719 – Geografia A, realizada nos passados dias 18 de junho (1ª fase) e 20 de julho (2ª fase) merecem-nos a seguinte apreciação:

- Constituem uma amostra significativa de objetivos e temas do Programa.
   Os conteúdos abrangidos são relevantes e atuais e dividem-se igualmente entre os dois anos de escolaridade em avaliação, abrangendo não só Portugal Continental como também Regiões Autónomas.
- Os documentos introdutórios são diversificados e de boa qualidade gráfica e propiciam a aplicação das destrezas gráficas e cartográficas exigíveis a alunos de Geografia. Saúde-se a predominância de mapas, de diversos tipos, já que é um documento indispensável à análise geográfica.
- Embora globalmente acessíveis, ambas as prova são suficientemente diferenciadas quanto ao grau de dificuldade inerente à resolução de alguns itens de resposta múltipla e aberta, exigindo bastante concentração na seleção da opção correta e um bom domínio da língua portuguesa (o que merece a nossa concordância).
  - O tempo disponível para a sua resolução é suficiente.

As provas correspondem assim, em nosso entender, às expectativas da maioria dos alunos - e dos respetivos professores - que se envolveram, ao longo de dois anos, nas situações de ensino-aprendizagem proporcionadas pelo programa de Geografia A.

A prova da 2ª fase apresenta um grau de dificuldade um pouco superior à

prova da 1ª fase mas que resulta, sobretudo, da formulação "rebuscada" de

algumas questões de escolha múltipla (exemplo do grupo II). Já no grupo VI,

os itens de resposta aberta são mais acessíveis, no seu conjunto do que os da

1ª fase.

Também nos merece alguma apreensão a insistência, em provas de diferentes

anos, com o conhecimento factual de serras, algumas delas de menor

importância na orografia, à escala nacional.

É de salientar ainda que se torna fundamental rever a listagem de noções

básicas/conceitos existente no programa, que, em nosso entender, além de

excessiva, está desatualizada, no que se refere às políticas europeias,

nomeadamente as medidas relativas aos diferentes programas operacionais

que se foram sucedendo desde que programa foi homologado.

Lisboa, 21 de julho de 2015

A Presidente da Direção

(Emília Sande Lemos)

End Hand Judel